



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

## República Federativa do Brasil



Ano XLIII Nº 195

Brasília - DF, terça-feira, 8 de outubro de 2002 R\$ 0,23

### Sumário

	PÁGINA
Presidência da República.....	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento .....	1
Ministério da Ciência e Tecnologia.....	2
Ministério da Cultura.....	3
Ministério da Defesa.....	4
Ministério da Educação .....	5
Ministério da Fazenda.....	12
Ministério da Integração Nacional .....	14
Ministério da Justiça.....	14
Ministério da Previdência e Assistência Social .....	15
Ministério da Saúde .....	16
Ministério das Comunicações.....	18
Ministério das Relações Exteriores .....	19
Ministério de Minas e Energia.....	19
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ...	19
Ministério do Meio Ambiente.....	19
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	20
Ministério dos Transportes .....	21
Ministério Público da União .....	21
Poder Judiciário.....	22

### Presidência da República

#### DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

##### MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Exposição de Motivos:

Nº 129, de 4 de outubro de 2002. Afastamento do País, do Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, no período de 31 de outubro a 12 de novembro de 2002, para participar da XXXIII Sessão do Conselho Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT, em Yokohama, Japão. Autorizo. Em 7 de outubro de 2002.

##### MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Processo nº 03000.003576/2002-97. Recurso interposto por ANTÔNIO JOSÉ PINHEIRO, no sentido de que seja anulada a penalidade de cassação da sua aposentadoria que lhe foi imposta nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 59430.000913/2001-06, efetivada pela Portaria nº 14, de 23 de janeiro de 2002, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de janeiro de 2002, Seção 2, página 21. Em face das informações, nego provimento. Em 7 de outubro de 2002.

#### ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

##### PORTARIAS DE 7 DE OUTUBRO DE 2002

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

##### Nº 721 - DESIGNAR

MARLISE SEIFERT GRALA, para substituir o Procurador-Seccional da União em Volta Redonda, código DAS 101.4, no Estado do Rio de Janeiro, no período de 14 a 23 de outubro de 2002.

##### Nº 722 - DESIGNAR

ADRIANA MORAES ROCHA, para substituir o Procurador-Seccional da União em Petrópolis, código DAS 101.4, no Estado do Rio de Janeiro, no período de 14 de outubro a 2 de novembro de 2002.

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVII do art. 4º e art. 23 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando o que consta do Processo nº 00404.005563/2002-11, resolve conceder

##### Nº 723 - EXERCÍCIO PROVISÓRIO

a IVANA SANTANA REINA, Advogada da União, lotada na Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com exercício em Brasília, para prestar colaboração temporária à Consultoria-Geral da União, na mesma Cidade.

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVII do art. 4º e art. 23 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando o que consta do Processo nº 00404.003278/2002-66, resolve conceder

##### Nº 724 - EXERCÍCIO PROVISÓRIO

a KELLY MÍRIAM PENA, Advogada da União, lotada na Consultoria Jurídica do Ministério do Esporte e Turismo, em Brasília, para prestar colaboração temporária à Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa, na mesma Cidade.

JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

(Of. El. nºs 1.286 e 1.289/2002)

#### GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

##### PORTARIAS DE 7 DE OUTUBRO DE 2002

**A DIRETORA-GERAL DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA** resolve:

Nº 340 - Exonerar servidor, matrícula nº 029463, de cargo em comissão, código DAS 102.3.

Publicada de acordo com o Art. 9º da Lei nº 9.883/99.

Nº 341 - Nomear servidor, matrícula nº 029463, para cargo em comissão, código DAS 101.4.

Publicada de acordo com o Art. 9º da Lei nº 9.883/99.

MARISA ALMEIDA DEL'ISOLA E DINIZ

#### SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO

##### DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE

Em 7 de outubro de 2002

**O CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 17, de 1º de agosto de 2001, resolve autorizar os seguintes afastamentos do País:

JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Assessor Especial desta Secretaria de Estado de Comunicação de Governo da Presidência da República, no período de 12 a 27 de outubro de 2002, com destino à Genebra-Suíça, para participar da V Sessão do Órgão Negociador Intergovernamental da Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, com ônus para o Ministério da Saúde. Processo nº 00170.000924/2002-24

PAULO MARCOS CASTRO RODOPIANO DE OLIVEIRA

#### Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

##### GABINETE DO MINISTRO

##### DESPACHOS DO MINISTRO

Em 4 de outubro de 2002

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, autoriza o(a) Engenheira Agrônoma MARIA DAS GRAÇAS CONCEIÇÃO PARADA COSTA SILVA, do Quadro Permanente da CEPLAC, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, a afastar-se do País, na forma do disposto no Art. 1º, inciso IV, do citado Decreto, com o objetivo de prestar colaboração técnica prevista no projeto "Capacitacion Transferência de Tecnologia Cultivo Del Palmito, a convite da ABC, Ministérios das Relações Exteriores", em Capare, República da Bolívia, no período de 6 a 12.10.2002, com ônus para o(a) ABC/MRE. (Processo nº 21000.007992/2002-46)



## ATENÇÃO LEITOR!!!

### São publicados no Diário Oficial da União, Seção 2:

Os atos relativos a provimento ou vacância de cargo público dos servidores civis e militares da União, de suas autarquias e das fundações públicas, bem como dos servidores do Poder Legislativo e Poder Judiciário, sem ementa e de maneira padronizada.

São considerados atos de provimento e vacância:

nomeação; reversão; aproveitamento; reintegração; recondução; exoneração; demissão; promoção; readaptação; aposentadoria; falecimento.